



BRASIL

UM FOCO SINDICAL NOS ODS

#HLPF2024

TRABALHADORES
EXIGEM UM NOVO
CONTRATO SOCIAL

OS TRABALHADORES PRECISAM DE RESPOSTAS SUSTENTÁVEIS PARA MÚLTIPLAS CRISES

O governo brasileiro colocou em marcha vários programas para combater as múltiplas crises em curso. Entre estes estão as políticas de combate à fome através do aumento da produção e da oferta; um programa de transformação ecológica que promova a transição energética e a redução nas emissões de dióxido de carbono; bem como programas de mitigação e adaptação à mudança climática. Os sindicatos foram consultados sobre alguns destes programas.

Os sindicatos também informam que o governo brasileiro está trabalhando ativamente para alcançar as metas traçadas pelos ODS 8. Para esse fim, implementou uma política de reindustrialização, políticas para promover a organização produtiva, a assessoria técnica, a formalização e o acesso a crédito por pequenas e médias empresas, bem como uma política de transformação ambiental combinada com esforços para criar empregos dignos. Além disso, o governo aprovou uma lei de igualdade salarial, fortaleceu o programa de aprendizagem, como também as políticas de incentivo à formação de jovens, e reformulou o programa de cotas nas universidades, além de estar combatendo ainda mais o abuso contra os trabalhadores ao reforçar as capacidades de inspeção do trabalho.

OS SINDICATOS ESTÃO À MESA?

Os sindicatos relatam que, embora os esforços para implementar os ODS tenham sido abandonados pelos dois últimos governos brasileiros — em 2016 e 2018, durante o governo Temer, e em 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro — o atual governo do presidente Lula comprometeu-se a relançar o processo de implementação e planeja apresentar uma RNV (Revisão Nacional Voluntária) atualizada.

Tendo em conta isto, todos os ministérios estão encarregados de integrar os ODS no seu trabalho. Uma secretaria executiva supervisionada pela Secretaria-Geral da Presidência coordena estas atividades. A coleta de dados e o monitoramento das medidas de implementação são feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), e pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Os recursos orçamentários foram atrelados à concretização das diretrizes dos ODS, bem como à assistência para a participação da sociedade civil no processo.

O atual governo decidiu restabelecer a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Considerando que a comissão só foi lançada recentemente, seu formato ainda está por ser definido e é, portanto, difícil avaliar sua transparência. Entretanto, o formato da comissão e o seu futuro programa de trabalho foram consultados junto à sociedade civil, incluindo sindicatos, por um lado, e ministérios relevantes, por outro. Um dos objetivos da comissão será dar transparência às ações relacionadas aos ODS, como consulta sobre a implementação de ações relacionadas e consolidação de relatórios públicos sobre o tema. Os sindicatos foram convidados a ser participantes ativos nas próximas discussões da comissão, que se concentrará na concretização de todos os ODS, e não apenas nos ODS 8.

TRANSPARÊNCIA



Pleno acesso à informação

CONSULTA



Existe uma plataforma de consulta estruturada/multissetorial

DIÁLOGO SOCIAL



Existem instâncias tripartites para implementar e monitorizar os ODS envolvendo parceiros sociais e governos

O TRABALHO (DECENTE) ESTÁ SENDO FEITO?

No que tange aos **ODS 1**, os indicadores da **meta 1.1 (erradicar a pobreza extrema)** sugerem que mais esforços são necessários, uma vez que em 2021, 5,8% da população ainda vivia abaixo da linha de pobreza extrema. Além disso, a proporção de trabalhadores do país e suas famílias vivendo com menos de US\$1,90 por pessoa por dia era de 2,5% em 2023. Isto é extremamente preocupante, considerando que com um IDH de 0,754, o Brasil é considerado um país de renda médio-alta. No entanto, no que diz respeito à **meta 1.3 (sistemas de proteção social nacionalmente apropriados)**, em 2021, 72,7% da população beneficiou-se de algum tipo de prestação por programas sociais e todas as pessoas em situação de pobreza estavam cobertas pelo sistema de proteção social. Na **meta 1.a.2 (serviços essenciais)**, em 2017, as despesas com proteção social (excluindo saúde) ficaram em 15,7%.

Nos **ODS 5**, mais esforços são necessários para atingir o objetivo definido pela **meta 5.4 (reconhecer e valorizar os cuidados e o trabalho doméstico não remunerados)**, uma vez que, em 2019, as mulheres dedicaram quase o dobro do tempo ao trabalho doméstico e aos cuidados não remunerados (21,4 horas por semana) do que os homens (11 horas por semana). No que diz respeito à **meta 5,5 (participação plena e efetiva das mulheres)**, embora a proporção de cadeiras ocupadas por mulheres no Parlamento tenha aumentado de 5,7% em 2000 para 17,7% em 2023, permanece significativamente baixa.

Mais esforços são necessários nos **ODS 8**. É requerido avanço na **meta 8.3 (apoiar a criação de trabalho decente)**, uma vez que o emprego informal fora da agricultura permanece elevado – situando-se em 56,3% (57,4% entre os homens, e 47,9% entre as mulheres) em 2020. Adicionalmente, a taxa de emprego vulnerável ficou em 53,6% em 2021. Na **meta 8.5 (emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos)**, a taxa de desemprego ficou em 7,7% em 2023, afetando mais mulheres (9,3%) do que homens (6,4%). A 20,4%, a disparidade salarial entre homens e mulheres também é preocupante. Neste contexto, é muito bem-vinda a aprovação de uma lei, em Julho de 2023, que exige que pessoas jurídicas privadas com 100 ou mais trabalhadores garantam igualdade salarial e critérios de remuneração para mulheres e homens que exerçam o mesmo cargo e realizem trabalhos de igual valor. Os indicadores NEET para a **meta 8.6 (reduzir a proporção de jovens que não trabalham, não estudam, nem seguem qualquer formação)** ficaram em 21% em 2022 – a maioria deste

grupo provém das populações pobres (61,2%) e extremamente pobres (14,8%) do país. Os indicadores da **meta 8.7 (erradicar o trabalho forçado e as piores formas de trabalho infantil)** sugerem que 4,6% das crianças entre 5 e 17 anos realizaram trabalho infantil em 2019. No que diz respeito à **meta 8.8 (proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores e trabalhadoras)**, os sindicatos denunciam um número insuficiente de inspetores do trabalho. Em 2020, foram constatadas 27 violações de direitos trabalhistas – 15 na lei, e 12 na prática.

No que tange aos **ODS 10**, a **meta 10.4 (atingir progressivamente maior igualdade)** revela níveis surpreendentes de desigualdade. Em 2023, os 10% detentores de rendimentos mais elevados controlavam 42,7% do PIB, enquanto os 20% com rendimentos mais baixos controlavam 2,8% do PIB. A participação do trabalho no PIB situou-se em 63,1% em 2023. Na **meta 10.7 (migração e mobilidade)**, os sindicatos participam de uma comissão nacional que avalia as políticas para os trabalhadores migrantes.

Quanto aos **ODS 13** e à **meta 13.2 (integrar medidas de proteção contra a mudança climática nas políticas públicas)**, os sindicatos informam que o governo lançou um Plano de Transformação Ecológica, o qual visa promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável, uma transição justa, bem como combater a mudança climática e os seus efeitos. O Plano pretende fazê-lo através de medidas como regulamentação do mercado de carbono, emissão de títulos soberanos sustentáveis, e uma taxonomia nacional focada na sustentabilidade.

Nos **ODS 16**, o Brasil está longe de atingir a **meta 16.10 (proteger as liberdades fundamentais)**, pois não há garantia dos direitos dos trabalhadores. Embora o Brasil tenha ratificado a Convenção nº 98 sobre o Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva em 1952, não ratificou a Convenção nº 87 sobre Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (1948).



OS SINDICATOS PEDEM QUE NINGUÉM FIQUE PARA TRÁS

Os sindicatos solicitam ao governo brasileiro:

- Foco na criação de empregos de qualidade.
- Garantia de que os direitos trabalhistas sejam respeitados.
- Abertura de um debate sobre as metas de emprego definidas pelo programa de reindustrialização.
- Expansão da proteção social para os trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores.
- Implementação da lei sobre igualdade salarial entre homens e mulheres, e o plano de igualdade salarial.
- Retomada do funcionamento do Conselho Nacional do Trabalho, dos espaços tripartites, e de outros espaços de diálogo social nos diferentes setores.
- Criação de um sistema de participação social que facilite um monitoramento dos ODS de uma forma coerente e efetiva entre as diversas instancias que participam na implementação da Agenda 2030.
- Apoiar a iniciativa do governo Brasileiro para Inclusão da igualdade racial como um decimo-oitavo ODS



Esta publicação foi produzida com a assistência da União Europeia. O conteúdo desta publicação é de exclusiva responsabilidade da RSCD(CSI) e de forma alguma pode ser interpretado como refletindo as opiniões da União Europeia.